



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

### A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL PARA ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL<sup>1</sup>

Sônia de Oliveira Rodrigues<sup>2</sup>,  
Josiel de Oliveira Batista<sup>3</sup>

#### RESUMO

Durante muito tempo pessoas com deficiência foram segregadas da sociedade sendo impedidas de exercer seu papel como cidadãs com direitos e deveres, por serem consideradas como improdutivas e, assim excluídas do convívio escolar e social. Essa pesquisa tem como objetivo expor a importância da sala de recursos multifuncionais para alunos público alvo da Educação Especial, ressaltando os principais desafios de uma professora, que trabalha com alunos com deficiência, atendidos na SRM (Sala de Recursos Multifuncionais). O método qualitativo foi baseado em observações na forma de um estudo de caso, buscando conhecer os métodos pedagógicos utilizados, por uma docente que atende na sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Após conhecer como é feito o planejamento das aulas, ao auxiliar, entrevistar e participar do seu trabalho pedagógico diário chegamos a resultados que mostram um processo de ensino e aprendizagem eficaz, revelando que apesar das dificuldades de aprendizagem, os alunos são estimulados a superar as suas dificuldades e são auxiliados a enfrentar os desafios da sala de aula comum.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Sala de Recursos Multifuncionais. Atendimento Educacional Especializado.

#### INTRODUÇÃO

A história da Educação Especial é marcada por lutas e vitórias que caminham a passos lentos... Um dos possíveis motivos que levavam a essa lentidão é descrito por Diniz (2007), ao afirmar que a sociedade tentava esconder suas dificuldades em conviver harmoniosamente com os deficientes em geral, pois o sistema capitalista os via como pessoas inferiores e sem espaço para transmitir suas ideias.

---

<sup>1</sup>Este artigo é parte da pesquisa de trabalho de conclusão de curso orientado pelo professor Josiel de Oliveira Batista, do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional – IEDAR – da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA.

<sup>2</sup>Licenciada em Ciências Naturais pela Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

<sup>3</sup> Professor auxiliar da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Mestrando do Programa e Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática – PPGECEM - da Universidade Federal do Paraná – UFPR. josieloliveira@unifesspa.edu.br.



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## **II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

### **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

Segundo Mendes (2006), falta fiscalização e mais orientação à comunidade sobre os seus direitos em relação ao sistema educacional para que possam desfrutar deles em sua completude. Por exemplo, falta compreensão a respeito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN) 9394/96, (BRASIL, 1996), que possui um capítulo destinado ao atendimento escolar de pessoas com necessidades especiais. Desse modo, apesar de existirem leis sólidas no Brasil, as medidas que garantem atendimento educacional especializado ainda estão longe de atingir a garantia de atendimento de qualidade, com recursos diversos e espaço amplo no ambiente escolar.

Quase 20 anos após a promulgação da LDBEN 9394/96 ainda encontramos diversas barreiras de comunicação entre os principais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, culminando na falta de infraestrutura das escolas públicas, na falta de interpretes bilíngues para tradução em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), de materiais adaptados em braile para cegos, dentre outros.

Desse modo é necessário que o poder público não dificulte a inclusão de deficientes, nem os ignore por exigirem uma atenção a mais dos seus professores nas escolas públicas em virtude de suas especificidades, se comprometendo em adaptar suas metas às verdadeiras realidades presentes na sociedade, pois

[...] Percebe-se uma continuidade do compromisso, ou comprometimento, do poder público com a iniciativa privada, na medida em que este poderá destinar recursos públicos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Se em relação ao ensino comum esta alternativa pode significar entraves à melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas, na educação especial suas consequências negativas tendem a se acentuar, haja vista que historicamente, os recursos públicos destinados à educação especial tem sido canalizados, em elevadas parcelas, para a iniciativa privada, ainda que de cunho assistencial. (MAZZOTTA, 2011, p.84).

Portanto, também cabe à comunidade escolar e à sociedade em geral o papel de incentivar e fiscalizar medidas comprometidas com a inclusão de pessoas com deficiência procurando dar apoio aos familiares de crianças deficientes, no intuito de ofertar mais segurança aos pais que enviam seus filhos



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## **II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL** **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

à escola, pois de acordo com (MIRANDA, 2008, p.40) “o princípio da inclusão exige uma radical transformação da escola, pois caberá a ela adaptar-se às condições, dos alunos”.

Assim, a pesquisa tem como objetivo expor a importância da sala de recursos multifuncionais para alunos público alvo da Educação Especial, ressaltando os principais desafios de uma professora, que trabalha com alunos com necessidades especiais, atendidos nas SRM procurando conhecer como é feito o planejamento das aulas, ao auxiliar, entrevistar e participar do seu trabalho pedagógico diário na sala do AEE com alunos com deficiência matriculados no ensino regular.

### **A IMPORTÂNCIA DA SRM PARA ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

O atendimento especial nas escolas de todo o Brasil foi iniciado na década de 1980, e era feito de acordo com o processo integracionista, que tinha como “objetivo a integração de alunos com deficiências ao ambiente escolar” (Miranda 2008, p.36). Porém, conforme Miranda (2008 p. 36) em 1988 “ficou assegurado pela constituição Brasileira, o atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades especiais”. No entanto essa autora nos mostra que “para reforçar a obrigação do país em prover a educação é publicada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (*Ibidem*).

Medidas necessárias para fazer valer direitos conquistados, mas não legitimados, um a vez que o movimento de integração dava ao aluno deficiente a oportunidade de frequentar a escola, mas baseado nos moldes definidos para o atendimento em geral. Por isso era preciso repaginar a legislação vigente e proporcionar o direito de todos à educação, mas dando oportunidades de igualdade, assistência a quem necessita, além de respeito às especificidades de cada um. Nascia a inclusão no Brasil!

O Brasil promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), por meio do Decreto nº 6949/2009, assumindo o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da deficiência. (BRASIL 2010, p.5).



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## **II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL** **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

Para que não ocorressem negligência nem omissão no desenvolvimento do modelo inclusivo o decreto ressalta que é preciso que aconteça a organização das SRM, principalmente “com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades dos alunos, público alvo da educação especial matriculados no ensino regular” (BRASIL, 2010, p.5).

Partindo do princípio de que o atendimento educacional especializado não é uma ideia nova, Anjos (2011) realizou uma pesquisa a nível nacional que visava analisar, primeiramente, como funcionavam nas escolas as salas de recursos educacionais que foram criadas desde os anos 80, a fim de atender uma demanda de deficientes que estavam matriculados regularmente nas escolas públicas. Segundo a autora,

As salas de recursos no Brasil foram criadas nos anos 80, embora tenha começado a ser pensada na década de 70, tendo como objetivo atender as pessoas com algum tipo de deficiência que estavam frequentando o ensino regular. Portanto, historicamente, a constituição da sala de recursos se deu no Brasil no ano de 1980, configurando-se em uma alternativa ao processo de segregação que as pessoas com deficiências enfrentavam no cotidiano. (ANJOS 2011, p. 2).

Rodrigues *et al* (2012, p.77) desenvolveu um estudo a fim de verificar junto às professoras das SRM, “qual a sua função, dificuldades, e procedimentos utilizados no processo ensino aprendizagem”, e também ressalta que o principal objetivo, quando foi elaborado o plano de ensino em salas de recurso no âmbito escolar, foi garantir o desenvolvimento de políticas que facilitassem o processo de inclusão dos deficientes no sistema escolar e, acima de tudo buscar aprimorar e facilitar um serviço que atenda a especificidade de cada aluno, pois esse método visa garantir a permanência e a inclusão das crianças no ambiente escolar, uma vez que ajudará a quebrar as barreiras do preconceito no ambiente social. Trata-se de um atendimento em turno diferente ao que o aluno está regularmente matriculado.

Portanto, os professores são uma peça fundamental no processo de inclusão, porém precisam de um apoio relevante e duradouro não só do poder



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## **II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL** **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

público, mas devem contar sempre com o incentivo da família que deve participar ativamente da vida escolar de seus filhos dando suporte para se evitar a evasão escolar e a falta de comprometimento com os direitos a uma educação de qualidade e sem discriminação conquistados ao longo dos anos.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: APONTANDO OS CAMINHOS TRILHADOS**

Os relatos feitos nesse trabalho são frutos de um estágio de campo realizado na Escola Heloisa de Sousa Castro em 2014, que teve por propósito a observação atenta das metodologias e práticas que são utilizadas pela professora<sup>4</sup> da sala do AEE, para ministrar suas aulas na sala de recursos multifuncionais para crianças com necessidades especiais.

Antes da realização da pesquisa prática, desenvolvemos um estudo bibliográfico sobre o tema, pois, é de grande importância para a compressão de alguns fatos desconhecidos pelo pesquisador, e também porque é de grande valia buscar trabalhos científicos sobre o tema que desejamos nos aprofundar, para poder contribuir com a correta divulgação das informações. Assim discute Oliveira (2011):

A pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que dá possibilidades de compreender o tema em estudo a partir do contato direto com as fontes buscadas pelo pesquisador para desenvolver seu trabalho através das leituras realizadas e também de fichamentos. (OLIVEIRA 2011, p.7).

Para realização da pesquisa de dados sobre o funcionamento da sala de atendimento educacional especializado, entregamos uma declaração juntamente com um ofício à diretora da Escola Heloisa de Souza Castro no dia 05/11/2014, a fim de garantir o desenvolvimento da pesquisa através de três etapas distintas: “Exploração, decisão e descoberta” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.15), pois o pesquisador ou pesquisadora precisa conhecer o local a ser

---

<sup>4</sup>Que terá seu nome substituído nessa pesquisa por “Professora X”, ou professora da sala de recursos multifuncionais.



desenvolvido o estudo de caso para desenvolver uma pesquisa qualitativa de qualidade.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento: segundo os dois autores, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.11).

As autoras discutem que o pesquisador precisa de um tempo para realização de suas descobertas. Desse modo, iniciamos a pesquisa intensiva na Escola pública do bairro Liberdade, especificamente na sala de recursos multifuncional, no dia 05/11/2014, se estendendo até o dia 12/12/2014. Ainda é preciso ressaltar que antes de iniciarmos a pesquisa, a professora foi devidamente esclarecida sobre a finalidade do trabalho e se dispôs, prontamente, a assinar um termo de consentimento livre e esclarecido que falava sobre o objetivo da pesquisa.

Durante o período de pesquisa, para facilitar ainda mais a interação com o ambiente de investigação foi elaborado um questionário que foi repassado à professora atuante na sala de recurso, para ser respondido e analisado, com antecedência de uma semana, para que ela pudesse participar ativamente da apreciação dos dados que seriam dispostos ao investigador. Esse procedimento se fez necessário, pois para Zeichner (1998):

Difícilmente os professores são convidados pelos pesquisadores a engajar-se intelectualmente na escolha das questões a serem investigadas, na elaboração do projeto de pesquisa, no processo de coleta de dados ou na análise e interpretação, e até mesmo a partilhar os resultados da pesquisa. (ZEICHNER 1998, p.212)

A colaboração da professora participante na pesquisa de campo foi fundamental e contribuiu significativamente para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, porque ela colaborou com informações a respeito do PPP da escola, em ações como informar onde ele estaria disponível para ser pesquisado e estudado, uma vez que nem todas as escolas disponibilizam seus PPPs para pesquisa. Esses procedimentos contribuíram para melhor compreendermos o



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## **II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL** **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

caso pesquisado, pois de acordo com (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.17) o estudo de caso deve ser “sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos”.

Então, para elaborar essa pesquisa foi preciso fazer primeiramente um levantamento com os dados dos alunos que frequentavam a sala de recurso multifuncional no período da manhã. Por fim foi feito o estudo e organização das informações disponibilizadas.

### **RESULTADOS E DISCURSÕES: EXPONDO OS DADOS QUE DIRECIONAM COMPREENSÕES**

#### **A sala de recursos multifuncionais**

Ainda descrevendo a Escola Heloisa de Sousa Castro, em seu interior se localiza duas salas pequenas uma destinada para guardar os diversos jogos

e outros materiais didáticos disponibilizados pelo poder público, além daqueles confeccionados pela professora para serem utilizados pelos alunos e a outra para a realização de atividades didáticas. Porém, antes de entrar em detalhes sobre a sala de recursos multifuncionais é preciso informar que as salas de recursos são divididas em salas do Tipo I e Tipo II, conforme a explicação de Vieira (2012).

A SRM é organizada como sala Tipo I e Tipo II. As do Tipo I são planejadas para atender às pessoas com as mais diversas deficiências, à exceção da pessoa com deficiência visual, que é contemplada na sala Tipo II. Portanto, os equipamentos que compõem as salas do Tipo I, são para atender a todas as deficiências e, no entanto, os equipamentos que integram a lista que é enviada pelo MEC, não atendem às Deficiências Intelectuais. (VIEIRA, 2012, p.54).

Na Escola Heloisa a sala do AEE é destinada a oferecer atendimento especializado a pessoas com diversas deficiências. Por esse motivo a professora “precisa confeccionar materiais didáticos diferentes e adaptados”, conforme descrito pelas falas da professora X. O mobiliário da sala é composto



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## **II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL** **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

por uma mesa no centro com cinco cadeiras disponíveis para os educandos sentarem.

Na sala de recursos multifuncionais é atendida tanto a clientela de alunos que estudam na escola como também outros alunos que não frequentam escolas, ou estudam em escolas do núcleo da Cidade Nova. Esta sala do “AEE” como os professores e os alunos a chamam, possui recursos educativos como livros, jogos, CDs interativos, fantoches, aparelho de som, violão, dentre outros.

Ao ser interrogada sobre quantos alunos eram atendidos na sala do AEE a professora respondeu que na sala do “AEE” são atendidos, 12 alunos no turno da manhã e no máximo três atendimentos por aula, atendendo numa faixa etária de 4 a 30 anos de acordo com a deficiência de cada aluno (Professora X, 2014).

Quanto ao principal compromisso da professora com os educandos, ela garante que: “Tem o compromisso de se adequar às necessidades especiais de cada educando em particular, respeitando seus níveis de aprendizagem, assim como fazem as professoras que se dedicam a lecionar nas salas de aula comum”. (Professora X, 2014)

A entrevistada afirmou que a função principal do professor da sala de recursos é “estimular as diferentes áreas do desenvolvimento dos alunos e auxiliá-los a superar as suas dificuldades preparando-os para acompanhar a sala de aula comum”. Para a professora os seus educandos precisam receber uma atenção diferenciada que os possibilitem a superar seus limites que para muitos são reduzidos, e também segundo as ideias da docente é na sala de recursos multifuncionais que eles aprendem a ter confiança nas suas capacidades.

Ao ser interrogada quanto ao maior desafio enfrentado para incluir os alunos com deficiências na sala de aula regular a educadora informou que:

A simples falta de recursos e espaço suficiente para poder desenvolver seus métodos de ensino e também devido seu tempo ser limitado, por trabalhar em outra instituição, fica difícil à comunicação com os professores da sala de aula comum. (PROFESSORA X, ENTREVISTA 2014).



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

De acordo com a entrevistada, ela não dispõe de tempo suficiente para poder facilitar a interação com os demais professores da classe regular, esse problema é um ponto muito negativo que não deveria acontecer, quando se tem o compromisso com uma educação inclusiva, mas esse fato não impede que os professores da classe comum possam vim e interagir com a professora da sala de recursos multifuncionais.

Um ponto positivo e plausível que foi observado é a amizade nutrida entre a professora com os pais de alunos atendidos na sala do AEE, além da constante ajuda de alguns familiares de alunos na compra de jogos, telas para pintura, e materiais didáticos em geral.

A professora X ao abordar sobre o corpo humano e seus diversos sistemas, usa jogos pedagógicos, recortes de revistas e quebra cabeças, porém ela não trabalha uma disciplina separadamente e todas as suas aulas envolvem, noções de tempo e quantidade, leitura e escrita, religião, pinturas e coordenação motora. Desse modo o processo de avaliação dos alunos “é feito por meio de observações e anotações a cada atendimento”, e nesses atendimentos ela afirmou que: “Busca verificar o processo pelo qual cada aluno passou para atingir determinado resultado, utilizando diversos estímulos e também por meio de fichas enviadas pela Secretaria Municipal de Educação”. (PROFESSORA X, 2014).

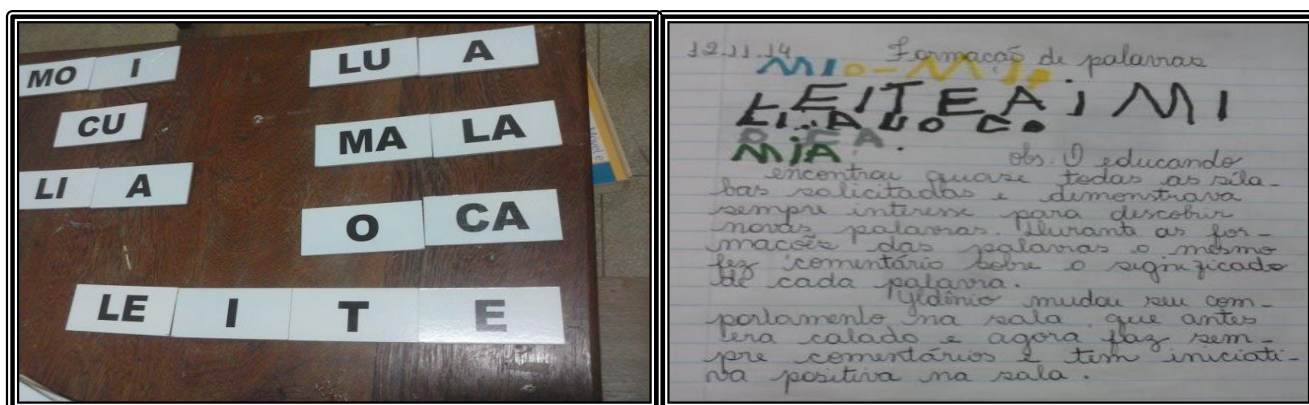




Figura 01: Atividade realizada pelo o aluno Y.O. W, com o auxílio do alfabeto móvel.  
Fonte: Arquivo Pessoal 2014

A professora da sala do AEE relatou que “o ideal seria se houvesse melhoria no espaço físico e tecnológico, pois facilitaria bastante o processo de ensino-aprendizagem”.

Observamos através das falas da professora que, apesar de todas as dificuldades e desafios, a educadora mantém altas expectativas sobre seus alunos, ou seja, acredita no potencial do aluno, e com essa atitude mostra que sabe realmente que precisa estar sempre comprometida com a aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, Vieira (2012, p.39) afirma que “conhecer sobre este papel influencia diretamente na prática que esse professor vai desempenhar durante o processo de ensino e aprendizagem”.

Quanto ao planejamento das aulas na sala de recursos multifuncionais, a professora respondeu que: “ocorrem bimestralmente, onde o professor elabora um projeto para trabalhar com os alunos individualmente, respeitando as limitações de sua deficiência, onde são definidos objetivos para cada assunto abordado. (PROFESSORA X, 2014)”.

Silva (2008, p.230) diz que “a elaboração de projetos é uma construção pedagógica que visa aprimorar a aprendizagem” fazendo com que as ações bem planejadas pela professora se alinhem com o definido no PPP da escola, porque de acordo com Veiga (2012) o PPP da escola deve se preocupar com uma educação de qualidade elaborando projetos que irão contribuir com o conhecimento dos discentes favorecendo a inclusão de todos os alunos na escola, isso por que:

A gestão democrática exige uma ruptura na prática administrativa da escola com o enfrentamento das questões da exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligada aos interesses e necessidades da população. (VEIGA, 2009, p.166).



Como mostra Veiga (2009) os projetos devem sim, ser desenvolvidos a fim de estimular o desenvolvimento cognitivo dos educandos para que possam ser diminuídas as dificuldades nas salas de aula regular e estejam incluídos realmente no PPP da escola com todas as suas necessidades educacionais.

#### 4.2 Observações das atividades realizadas na Sala de Recursos Multifuncionais

Para melhor entendimento do leitor durante a pesquisa, foi preciso criar uma tabela contendo todas as atividades feitas na sala de recursos multifuncionais pela professora e pelos alunos. Para manter o sigilo, foi preciso substituir os nomes dos alunos por letras do nosso alfabeto. As avaliações quanto aos objetivos que a professora esperava alcançar após as aulas ministradas serão apresentadas, juntamente com o cronograma.

Após cada aula aplicada, a professora escrevia no caderno do aluno se o mesmo estava se desenvolvendo e se tinha alcançado os objetivos propostos, por exemplo, no atendimento do dia 07/11/2014 somente um aluno não conseguiu êxito de acordo com a tabela seguinte.

Tabela 1: Cronograma de observações realizadas na sala de recursos multifuncionais em 2014

Data	Alunos observados	Atividades desenvolvidas na sala do AEE	Objetivo proposto	Avaliação segundo a professora X da sala de recursos multifuncionais.
05/11/2014	14° Aluno: G. L. 11° Aluno: W. W.	Contar blocos de madeira, desenhar e pintar.	Estimular o conhecimento dos números e reconhecer as cores.	Todos alcançaram os objetivos proposto e participaram ativamente da atividade.

12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

### I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

Turno manhã	10° Aluno: Y. O. M.	Contar de um até dez.		
07/11/2014 Turno manhã	14° Aluno: G. L. 11° Aluno: W. W. 10° Y. O. M.	Intepretação de texto, desenho pintura, jogos de dama e montagem de quebra cabeça.	Incentivar os alunos a desenhar coisas do seu cotidiano. Estimular a leitura e o raciocínio lógico através de jogos.	Somente o aluno G e Y conseguiram participar ativamente da aula, o aluno W mostrou pouco interesse durante as atividades.
12/11/2014 Turno manhã	14° Aluno: G. L. 11° Aluno: W. W. 10° Y. O. M. 4° Aluna: A. M	Leitura, música, poesia e formação de palavras.	Incentivar a leitura e a escrita.	Todos os alunos superaram as expectativas da professora.

Fonte: Arquivo pessoal da professora X (2014).

Percebemos que a professora X é realmente muito comprometida com sua função, por tentar sempre adaptar suas aulas da melhor forma possível, montando jogos e trabalhos com materiais de baixo custo para facilitar o aprendizado dos alunos, atendendo a especificidade de cada aluno, e assim se tornando uma mediadora do processo ensino-aprendizagem, como mostra Ferreira (2007, p.16) quando diz que o professor comprometido com o ensino aprendizagem utiliza “tecnologias e estratégias inovadoras adequadas para que o ensino tenha a sua eficácia e a razão de ser”.

Durante a pesquisa de campo observamos que a professora X, trabalha a matéria de ciências naturais através de projetos que envolvem pinturas,



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## **II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL** **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

colagens e jogos diversos que estimulam a criatividade dos alunos, por exemplo, a professora pede para que os alunos pintem e desenhe sobre a poluição e os animais, observando sempre os conceitos sobre os diversos temas como; biodiversidade, sustentabilidade, família, doença, e alimentação saudável.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Durante muito tempo pessoas com deficiência foram segregadas da sociedade sendo impedidas de exercer seu papel como cidadãos com direitos e deveres, por serem consideradas como improdutivas e, assim excluídas do convívio escolar e social, uma vez que eram consideradas sem inteligência tendo que se adequar as regras imposta pelo sistema social. Nesse sentido este trabalho teve por missão retornar ao debate que ainda é pulsante na sociedade, no sentido de expor a realidade de uma escola, e mais especificamente de uma professora, que trabalha com a sala de recursos multifuncional destinada ao atendimento de crianças com deficiência.

É notório que as contribuições oferecidas por práticas inclusivas nos ambientes escolares fortalecem as bases da educação especial, no sentido de dissolver as tão temidas faltas de estrutura e espaço escolar, que impedem o desenvolvimento intelectual de pessoas que há muito tempo estão fazendo parte do sistema da segregação, porém não são suficientes!

Quando o professor trabalha com seriedade e compromisso adotando meios e os recursos diversos e adequados à necessidade especial do aluno, se comprometendo em criar projetos pedagógicos que possibilitam maior controle e participação de pessoas com deficiência em suas aulas, consegue melhorar o seu aprendizado e conseqüentemente sua qualidade de vida e inclusão social.

De acordo com as observações feitas durante a pesquisa, esse serviço educacional especializado é feito de forma responsável e comprometido com ensino e aprendizagem, pois cada aula tem um fundamento e um objetivo a ser atingido pelos alunos, sendo esses objetivos formulados em projetos pedagógicos criados pela professora para trabalhar com todos os alunos que



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## **II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL** **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

são atendidos na sala de recursos, levando em conta a deficiência de cada aluno em particular, ou seja, não é um atendimento feito de qualquer forma; tudo que a professor faz tem um por que, e para quê fazer.

É importante ampliar os recursos pedagógicos sem esquecer-se dos recursos humanos. Quando se fala em recursos humanos, é preciso levantar as questões quanto ao melhoramento do salário dos professores que trabalham na sala de recursos multifuncionais, ou seja, esse profissional deveria receber um salário que suprisse todas as suas necessidades para que pudesse se dedicar inteiramente a organização do trabalho pedagógico, a fim de ter tempo disponível para avaliar e produzir materiais diversos para facilitar o aprendizado dos alunos e pudesse trabalhar em conjunto com os professores da sala regular de ensino.

A utilização dos recursos didáticos presentes na sala de atendimento educacional especializado que favoreçam o ensino, antes de tudo, precisa se expandir para beneficiar a todos os que dele precisam, e não deve nunca substituir o atendimento do aluno na classe regular de ensino, pois essa medida contribuirá para transformar uma educação excludente e seletiva em uma educação inclusiva.

As realidades das escolas públicas precisam ser reconhecidas e avaliadas constantemente para que todo cidadão tenha realmente um ambiente de aprendizagem que favoreça o desenvolvimento da aprendizagem, que modifique o pensamento egoísta da ditadura do perfeito e sem diferenças, pois só assim as pessoas vão aprender a conviver de forma harmônica e em solidariedade com o outro respeitando suas diferenças e limitações.

Desse modo, a pesquisa com a professora da sala de atendimento especializado na Escola Heloisa de Souza Castro, como um todo, chegou a resultados que mostram um processo de ensino e aprendizagem bem tranquilo, revelando que apesar das dificuldades de aprendizagem, os alunos são sempre estimulados a superar as suas dificuldades e auxiliados a enfrentar os desafios na sala de aula comum.



12 a 14  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## **II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL** **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

### **REFERÊNCIAS**

ANJOS, R. S. **O atendimento educacional especializado em salas de recursos.** Revista fórum identidades. Itabaiana, ano 5, v. 9, jan.\jun. 2011

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei 9.394/96. 5. ed. Brasília: MEC, 2010.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** 1.ed. São Paulo: brasiliense, 2007. 88 p. (Coleção Primeiros Passos)

FERREIRA. M. M. S. **Os Recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem: estudo de caso da escola secundária Cónego Jacinto.** Cabo Verde: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 2007. 69 p.

LÜDKE, M & ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 230 p.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MIRANDA, A. B. **Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico,** Cadernos de História da Educação, n. 7, p.29-44, jan./dez. 2008.

OLIVEIRA, A. Importância da formação dos profissionais da educação para atender alunos com deficiência no ensino regular. **Revista científica eletrônica de ciências sociais aplicadas da EDUVALE,** Jaciara, ano 4, n. 6, p.16, nov.\2011

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto político-pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade,** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/109/298>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

VIEIRA, C. T. M. **O atendimento nas salas de recursos multifuncionais aos alunos com deficiência intelectual na rede municipal de Macapá.** 2012. 76 p. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional) – Fundação Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2012.

An aerial photograph showing a wide river flowing through a landscape. On the left bank, there is a town with numerous buildings. The right bank is mostly green, with some structures and a road visible. The sky is clear and blue.

**12 a 14**  
DE NOVEMBRO  
— 2015 —

## **II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

### **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

ZEICHNER, K.M. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. In: GERALDI, C.M.G.; FIORENTINI, D. & PEREIRA E. M. A. (org.). **Cartografia do trabalho docente: professor(a) pesquisador(a)**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.